

**DIÁLOGOS ENTRECRUZADOS SOBRE SAÚDE, TRABALHO E TERRITÓRIO:
EXPERIÊNCIAS DE PESCADORAS INSERIDAS NO MOVIMENTO DE
PESCADORES E PESCADORAS (MPP) E NA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE
PESCADORES E PESCADORAS (ANP)**

**CROSS-CUTTING DIALOGUES ON HEALTH, WORK AND TERRITORY:
EXPERIENCES OF FISHERMEN INSERTED IN THE MOVIMENT OF
FISHERMEN AND FISHERMEN (MPP) AND IN THE NACIONAL
ARTICULATION OD FISHERMEN (ANP)**

Sandra Pereira Palheta¹
Edna Ferreira Alencar²

RESUMO: O artigo analisa as ações, reivindicações e desafios enfrentados por pescadoras que participam dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras vinculadas à Articulação Nacional dos Pescadores (ANP) e Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP), tanto nas ações e atividades cotidianas em seus lugares de origem quanto participando de ações desenvolvidas por essas organizações. O objetivo é mostrar que, apesar das diferenças de contextos ambiental, social e econômico, elas estão sujeitas a problemas comuns que remetem à desigualdade de gênero no acesso a recursos e renda. Tais problemas têm relação com valores culturais e fatores políticos que geram desigualdades de gênero e desvalorização do trabalho das mulheres na pesca. Essa situação é agravada pela falta de políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal, que compete de forma desigual com outros agentes da cadeia produtiva da pesca. Os dados analisados resultam de pesquisas que abordam o tema da participação de pescadoras nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras artesanais no âmbito nacional. A análise está ancorada no conceito de gênero elaborado por Marylin Strathern (2006), de movimentos sociais, construído por Glória Gohn (2006) e de identidade, utilizado por Arturo Escobar (2010). Os dados analisados foram coletados com uso de metodologia que utiliza métodos quantitativos e qualitativos, realização de entrevistas, conversas informais e aplicação de questionários com pescadoras, usando plataformas virtuais de comunicação e telefone; coleta de dados secundários por meio de consultas a sites, blogs

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará (UFPA) Email: sandra.palheta@ufch.ufpa.br;

² Pós-doutora na Université Sorbonne Nouvelle Paris 3/França, Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UNB), professora Associada I da Universidade Federal do Pará (UFPA). Email: ealencar@ufpa.br.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

e documentos produzidos pelo MPP, ANP e instituições colaboradoras como a CPP. Realizamos entrevistas com 10 (dez) pescadoras de diversas regiões do Brasil, que participam de ações desenvolvidas pelo MPP e ANP, as quais realizam diferentes tipos de pescas em suas comunidades. A análise das narrativas aponta para temas comuns que elas vivenciam no seu cotidiano de trabalho, relacionados à saúde, à luta em defesa dos territórios pesqueiros; ao preconceito arraigado socialmente de que pesca é uma atividade masculina (valores culturais). Suas falas evidenciam que apesar dos desafios enfrentados, elas têm conseguido afirmar sua identidade de pescadora e o seu reconhecimento como uma categoria de trabalhadora da pesca. Esse avanço se deve às estratégias criadas por elas mesmas, para conseguir se organizar politicamente. Sua participação nos movimentos sociais de pesca em nível nacional e local supõe práticas e elementos que são acionados de forma positiva para afirmar uma identidade que remete a um coletivo, que agrupa diversas identidades em torno de um movimento coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; pesca; identidade; ação coletiva; visibilidade.

ABSTRACT: The article analyzes the actions, claims and challenges faced by fisherwomen who participate in social movements of fisherwomen linked to the National Articulation of Fishermen (ANP) and the Movement of Fishermen and Fishermen of Brazil (MPP) either in the daily actions and activities in their places of origin, or participating in actions developed by these organizations. The objective is to show that despite the differences in contexts, environmental, social and economic, they are subject to common problems that refer to gender inequality in access to resources, income. Such problems are related to cultural values and political factors that cause gender inequalities and the devaluation of women's work in fishing. This situation is aggravated by the lack of public policies for the artisanal fishing sector that competes unequally with other agents in the fishing production chain. The data analyzed are the result of research that addresses the issue of the participation of female fishermen in the social movements of artisanal fishermen at the national level. The study is anchored in the relevant literature on the concept of gender elaborated by Marylin Strathern (2006), the organization of fishermen and fisherwomen in Brazil through the concept of social movements constructed by Glória Gohn (2006) and also the Identity used by Arturo Escobar (2010). The adopted methodology uses quantitative and qualitative methods, and strategies to access fisherwomen through virtual communication and telephone platforms, conducting interviews, informal conversations and applying questionnaires, collecting secondary data through consultations on websites, blogs and documents produced by MPP and ANP and collaborating institutions such as the CPP. We conducted interviews with 10 fisherwomen from different regions of Brazil who participate in actions developed by MPP and ANP that carry out different types of fishing in their communities. The analysis of their narrative's points to common themes that they experience in their daily work related to health, the fight in defense of their fishing territories; the socially ingrained prejudice that fishing is a male activity (cultural values). Their speeches show that despite the numerous challenges faced, they have managed to assert their identity as a fisherwoman and their recognition as a category of fishing worker. This advance is due

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

to the strategies created by themselves and also because they manage to organize themselves politically, their participation in social movements of fishing at national and local level supposes practices and elements that are activated in a positive way to affirm an identity that refers to a collective, which groups different identities around a movement.

KEYWORDS: gender; fishing; identity; collective action; visibility.

INTRODUÇÃO

O artigo analisa as ações, as pautas de reivindicações e desafios enfrentados por pescadoras que participam dos movimentos sociais desta categoria, enquanto membros de duas grandes organizações: a Articulação Nacional dos Pescadores (ANP) e o Movimento de Pescadores e Pescadoras do Brasil (MPP). Buscamos destacar algumas ações e atividades cotidianas que as pescadoras desenvolvem em seus lugares de origem, enquanto membros das organizações locais.

O argumento central do artigo é que embora estejam situadas em diferentes contextos – ambiental, social, político e econômico – as pescadoras estão sujeitas a problemas comuns que remetem à sua invisibilidade nas políticas públicas, à desigualdade de gênero no acesso a recursos, à renda e a direitos sociais. Essa situação é agravada pela falta de políticas públicas para o setor pesqueiro artesanal que adotem uma perspectiva de gênero. Esses problemas têm relação com valores culturais e fatores políticos que impedem a participação das pescadoras nas tomadas de decisões sobre políticas públicas destinadas ao setor pesqueiro artesanal, fato este que contribui para a desvalorização do seu trabalho na pesca.

Desta forma, este artigo versará sobre experiências de lideranças pescadoras, mostrando como essas questões estão presentes em suas vivências, na pesca e na ação política dos movimentos sociais enquanto membros atuantes da ANP e do MPP. As informações aqui apresentadas foram obtidas por diversos meios: levantamento bibliográfico, conversas informais com as interlocutoras, participação em reuniões e eventos (da ANP, MPP, CPP), entrevistas semiestruturadas e ainda coleta e análise de

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

informações disponíveis na internet, através das páginas dos blogs, das redes sociais, principalmente o Facebook, da ANP, MPP, CPP, que fazem uso social dessas redes para divulgação e visibilidade de suas lutas através de inúmeras campanhas.

A análise está ancorada nos debates sobre gênero, pesca, movimento sociais e identidade, buscando compreender como se dá a participação de mulheres na atividade pesqueira artesanal, nos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, e os principais temas presentes nas falas dessas mulheres, que permitem construir uma identidade coletiva a partir da atuação nos movimentos sociais. Para tanto, a análise foi orientada pelas reflexões do conceito de gênero elaborado por Marilyn Strathern (2006), a qual propõe que para compreender a complexidade dos conceitos nativos não se deve substituí-los e sim situá-los nos contextos particulares a partir dos quais são produzidos (STRATHEN, 2006). Ou seja, para compreendermos o contexto geral das desigualdades de gênero e suas ocorrências no âmbito da pesca artesanal, deve-se partir das particularidades culturais, sociais e ambientais desse contexto: que é ser mulher pescadora, compreendendo as bases nativas para analisar a natureza das desigualdades nas relações e da dominação intersexual experimentada por esses sujeitos.

Considerando que as interlocutoras desta pesquisa estão reunidas em torno do Movimento de Pescadores e Pescadoras e da Articulação Nacional de Pescadoras, utilizam-se as definições de Glória Gohn (2006), segundo a qual essas organizações podem ser compreendidas como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil (GOHN, 2006, p. 252).

Parte-se da compreensão de que esses processos mencionados no parágrafo anterior possibilitaram a construção de uma identidade coletiva que é tornada visível no movimento: no caso, a de pescadora. Essa identidade é produzida nos moldes de compreensão elaborado por Arturo Escobar (2010), que remete à construção de diacríticos, ou seja, são construídos nas interações entre pessoas e com objetos que implicam a construção de mundos culturais, num um processo que é produto histórico e circunscreve vários tipos de mediações – simbólicas, linguísticas e outras “ferramentas

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

de agência” (ESCOBAR, 2010, p. 248). No caso de ativistas dos movimentos, esses “mundos figurativos são situados localmente, culturalmente construídos e socialmente organizados, o que torna visível a agência do sujeito, de outro modo evidencia a capacidade de refazer o mundo em que vivem, mesmo esses mundos estando sempre em movimento” (ESCOBAR, 2010, p. 248).

O texto está dividido em três partes: na primeira contextualizamos o processo de organização política das pescadoras em nível nacional; em seguida elaboramos uma revisão dos paradigmas analíticos que são usados nos estudos sobre mulheres na atividade pesqueira, apontando para a importância de outras abordagens que incluam uma perspectiva integrativa. No último tópico analisamos algumas narrativas de pescadoras que são lideranças das organizações representativas da pesca, por meio das quais foram relatadas suas experiências/trajetórias de vida, a partir dos dois movimentos sociais aqui mencionados: a ANP e o MPP. Na conclusão, destacamos que os resultados obtidos nesta análise apontam para um cenário de superação de desafios pelas pescadoras, principalmente no que se refere ao avanço do seu reconhecimento identitário como resultado das estratégias elaboradas pelas pescadoras no processo de interação com diferentes agentes, em diferentes contextos. Pode-se usar como exemplo a própria organização política destas pescadoras, bem como sua participação em movimentos sociais de pesca no contexto local e nacional, que agrupam pluralidades em torno de um movimento, muitas vezes resignificando suas práticas e identidades, haja vista que a categoria pescadora é abrangente e comporta várias outras.

DA TUTELA À AUTONOMIA: UM BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS NO BRASIL

Os estudos sobre organização social dos pescadores no Brasil surgem na década de 1990, um dos primeiros estudos foi realizado por Callou (1986) no estado de Pernambuco, local onde se originou um dos primeiros movimentos sociais de pescadores

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

do Brasil, devido à insatisfação da categoria com os problemas causados pela pesca industrial. Cabe ressaltar que neste momento o referido autor já menciona a presença de mulheres na atividade pesqueira.

Cristiano Ramalho (1999) e Fox (2010), ao dissertarem sobre este tema, destacam que a organização da categoria dos pescadores artesanais em âmbito nacional ganha destaque com o movimento Constituinte da Pesca, no ano de 1988. O principal objetivo desse movimento era incluir no texto da nova Constituição que estava sendo elaborada, algumas reivindicações que incluíam o reconhecimento da categoria, garantias de direitos previdenciários e a autonomia jurídica e sindical. Um dos principais ganhos dessa articulação foi a inserção do Artigo 8º da Constituição Federal (FOX, 2010, p. 22), que torna livre a associação profissional e sindical dos trabalhadores e equipara as colônias de pescadores aos sindicatos em seus direitos sociais. Neste período houve alguns avanços para a categoria, que obteve o direito de participar da escolha dos dirigentes das Colônias e de se organizar em torno de outras entidades representativas da categoria.

Um reflexo desses avanços foi o surgimento do Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE), que resulta da insatisfação da categoria com a atuação das organizações que os representavam, como as Colônias de Pescadores, que atuavam mais como um instrumento de controle do Estado sobre esses trabalhadores. O MONAPE reuniu lideranças do movimento social de pescadores em Pernambuco e, juntamente com o apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), desempenhou um importante papel no assessoramento, na mobilização e organização da categoria na luta por melhores condições de vida e trabalho. O MONAPE atuou por quase uma década nas ações de fortalecimento da categoria, com ações de formação de lideranças.

Fox (2010) destaca que o MONAPE realizou um importante trabalho de incentivo e fortalecimento do papel das mulheres na atividade pesqueira artesanal, principalmente no que se refere a uma maior inserção destas nos movimentos e nas instâncias de representação da categoria. Mas, no momento de criação do MONAPE, as pescadoras já tinham um histórico de ativismo político iniciado na década de 1970, nas atividades promovidas pelo CPP. Dá-se destaque ao papel da congregação religiosa católica Irmãs

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

Dorotéia, que através de Nilze Montenegro teve relevante participação no processo de discussão das questões relativas à temática de gênero na pesca.

O MONAPE organizou diversas ações visando à promoção da igualdade de gênero na atividade pesqueira artesanal. Um exemplo disso são os cinco seminários nacionais organizados pelo movimento entre 1994 e 1999. O primeiro desses seminários teve por objetivo “reunir mulheres pescadoras das regiões Norte e Nordeste para discutir sua realidade, problemas e perspectiva de organização”. E discutiu temas como: a identidade da mulher pescadora; a mulher na sociedade; saúde, corpo e sexualidade e, ainda, organização das mulheres no contexto da pesca (FOX, 2010, p. 113). O MONAPE vai perdendo paulatinamente a sua representatividade entre a categoria. Inúmeros problemas como a questão da falta de comunicação eficiente, o não reconhecimento dos pescadores e pescadoras das atividades realizadas pelo MONAPE e a centralização do Movimento na região Norte foram apontados por Fox (2010) como causas do enfraquecimento do MONAPE. Em 2004 tem-se a criação da Articulação Nacional de Pescadores e Pescadoras do Brasil, que surge com a proposta de se constituir numa força mobilizadora em nível nacional. Este fato acabou contribuindo para a retomada do MONAPE em 2005, mas que chega até o ano de 2009 sem uma definição quanto aos rumos que tomaria, devido ao agravamento da crise dentro do movimento.

Durante os anos de 2003³, 2006⁴ e 2009⁵ a Secretaria de Aquicultura e Pesca (SEAP/PR) realizou três conferências nacionais dedicadas à pesca. Estes eventos tiveram grande relevância para o processo organizativo das mulheres. Mesmo sendo realizados sob a tutela do governo federal, os eventos impactaram positivamente o movimento dos

³ Tinha como meta dotar os setores de aquicultura e pesca de infraestrutura de suporte das atividades que contemplem não só o incentivo à criação de indústrias modernas de beneficiamento do pescado, construção de entrepostos e frigoríficos, ampliação, renovação e modernização da frota pesqueira, como também o apoio à exportação e comercialização interna, de modo a imprimir um ritmo de crescimento próximo a 20% ao ano na produção de aquicultura e pesca (BRITO, 2016, p. 92).

⁴ “[...] nos moldes da anterior foi precedida de reuniões em todas as unidades da federação objetivando traçar políticas públicas que estruturassem, abrissem linhas de crédito e garantissem a difusão tecnológica necessária à expansão da produção de mariscos e pescado. Com o tema “Consolidação da Política Nacional de Aquicultura e Pesca”, consta dentre suas resoluções a transformação da SEAP no MPA, ministério que passaria a centralizar todas as competências relativas ao desenvolvimento do setor (BRITO, 2016, p. 93).

⁵ Com o tema “Consolidação de uma política de Estado para desenvolvimento sustentável da Aquicultura e da Pesca”, este evento pretendia fazer um balanço da política e das ações governamentais destinadas à aquicultura e pesca desde 2003 (BRITO, 2016, p.9 4).

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

trabalhadores e trabalhadoras da pesca artesanal. Por exemplo, a I Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, que ocorreu em 2003, realizada pela extinta Secretaria de Aquicultura e Pesca, vinculada à Presidência da República reuniu pescadores e pescadoras de todo o Brasil. No ano de 2004 foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional de Pescadoras artesanais, que envolveu cerca de 10.000 mulheres de várias comunidades na preparação dos encontros estaduais, para a escolha de 463 representantes para participar do evento nacional (FOX; ALVES; CALLOU et al., 2009).

Esse evento foi um marco no processo de organização das pescadoras porque pela primeira vez no Brasil e na América Latina realizava-se um evento dessa natureza para as trabalhadoras da pesca e aquicultura, visando discutir pautas exclusivas destes sujeitos. Esse encontro foi uma resposta do governo federal às reivindicações das pescadoras que estiveram presentes na I Conferência de Pesca e Aquicultura.

De acordo com Leitão (2015) e Brito (2016; 2019), no contexto desses eventos houve o amadurecimento de várias propostas que estavam direcionadas à questão do trabalho e direitos das pescadoras, que não avançavam. Por isso, criou-se uma organização denominada Articulação Nacional das Pescadoras, visando fortalecer a pauta de reivindicações específicas dessas trabalhadoras.

Em 2009 ocorreu a III Conferência Nacional da Pesca e Aquicultura e, durante a realização desse evento, foi criado um evento paralelo para formalizar a criação do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP). O surgimento do MPP está relacionado à crise que se estabeleceu no MONAPE e também ao descontentamento da categoria com as políticas públicas voltadas ao setor pesqueiro artesanal que não contemplavam as demandas dos pescadores e pescadoras artesanais e priorizavam o setor pesqueiro industrial em detrimento destes. Um dos motivos apresentados pelo MPP para se contrapor às conferências nacionais promovidas pelo governo federal era que este desconsiderava as demandas do setor pesqueiro artesanal, dando maior atenção para a pesca industrial e aquicultura.

A necessidade de dar atenção à situação das mulheres no setor pesqueiro artesanal surge durante o Movimento Constituinte de Pesca, quando as pescadoras começam a reivindicar o reconhecimento de sua identidade e, por conseguinte, seus direitos enquanto

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

pescadoras artesanais. Neste sentido, mulheres como Anita Luna (presidente da Associação de Pescadores de Pontos dos Carvalhos-PE) e Margarida Mousinho, que assumiu a presidência da Colônia Z-10 de Itapissuma-PE, fizeram-se presentes desde esse momento e continuam nos dias atuais a influenciar o processo de organização social das mulheres em âmbito local e nacional (LEITÃO, 2015).

Um marco importante no processo de reconhecimento do trabalho das pescadoras na cadeia produtiva de pesca foi a publicação da Lei nº 11.959⁶, de 29 de junho de 2009 – também conhecida como Lei de Pesca – que adotou uma abordagem de gênero no âmbito das políticas públicas ao reconhecer juridicamente as mulheres como parte da categoria de profissionais do setor pesqueiro. Cabe ressaltar que se trata de uma conquista da organização social e da atuação política desses sujeitos. Embora as pescadoras não gozem plenamente dos seus direitos, a nova lei simboliza um avanço para o reconhecimento de sua identidade.

No entanto, essas conquistas e muitas outras têm sido ameaçadas pelo cenário político, econômico que se desenha no Brasil a partir de 2014, quando a categoria, de um modo geral, passou a ser alvo de políticas que retiraram direitos antes conquistados. Ou seja, algumas medidas implementadas pelo próprio Estado impactaram, sobretudo, as mulheres que exerciam a atividade pesqueira.

Em 2015, com a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura, num contexto de reformas ministeriais, a gestão da atividade pesqueira foi transferida para uma secretaria vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Uma das primeiras ações do MAPA para o setor da pesca artesanal, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente, foi a emissão da Portaria nº 192, de 5 de outubro de 2015, que suspendeu, cancelou (no cenário mais otimista atrasou) a emissão de mais de 600 mil RGPs. Esta mesma Portaria liberou a captura de espécies em períodos reprodutivos em diversas bacias hidrográficas do país. Assim, pescadoras e pescadoras sem a posse do

⁶ Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

RGP ficaram automaticamente impossibilitados de acessar direitos garantidos à categoria, pois é através destes documentos que o Estado reconhece a existência desses sujeitos.

Outro exemplo dos impactos negativos causados pelas ações administrativas do Estado na vida das trabalhadoras da pesca foi a retirada do acesso ao seguro-defeso (SDPA), por meio do Decreto 8.425/2015, ao estabelecer que os/as trabalhadores/as que desenvolvem atividades de pré e pós capturas das espécies (que são as atividades que concentram o maior número de mulheres) sejam consideradas/os como trabalhadores(as) de apoio à pesca, e não pescadores(as). Essa nova classificação mudou completamente o entendimento expresso na Lei de Pesca de 2009.

O processo de articulação destes sujeitos em torno dos movimentos sociais tem sido apontado por estudos como os de Enrique Alonso-Población e Susana V. Siar (2018), como um dos principais facilitadores da participação das mulheres nas ações coletivas. E esse fenômeno, por sua vez, é motivado por diversos fatores, tais como: a escassez de recursos, mudanças econômicas, gestão do território, bem-estar familiar e direito das mulheres (ALONSO- POBLACIÓN; SIAR, 2018).

ESTUDOS SOBRE O LUGAR DAS MULHERES NA PESCA E OS CAMINHOS A PERCORRER

As desigualdades nas relações de gênero é uma das problemáticas presentes na atividade pesqueira artesanal e tem sido objeto de análise de diversos estudos no Brasil e ao redor do mundo. Sua resolução tem influenciado inclusive políticas internacionais, como, por exemplo, a sua inclusão nas diretrizes estabelecidas pela FAO (2017), para garantir a sustentabilidade da pesca de pequena escala (ALONSO-POBLACIÓN; SIAR, 2018).

Os conceitos e categorias analíticas utilizados nos primeiros relatos etnográficos sobre atividades pesqueiras não permitiram perceber o trabalho e a importâncias das mulheres para o setor. A ênfase desses estudos muitas vezes privilegiou uma visão *enviesada* sobre o papel da mulher, ou seja, muitos etnógrafos/as utilizaram um modelo “bipolar” e “rígido” de divisão sexual do trabalho em suas descrições de comunidades

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

pesqueiras (ALENCAR, 1991; 1993). Modelos que representaram o homem no espaço do mar e a mulher na terra, em diferentes contextos culturais, tornaram-se problemáticos porque não permitiam entender outras experiências culturais e as atividades que compõem a cadeia produtiva da pesca, nas quais as mulheres estavam inseridas.

As mudanças nos paradigmas analíticos foram impulsionadas pela crítica feminista em estudos posteriores. Alonso-Poblacion e Siar (2018) apontam três estratégias adotadas nos estudos subsequentes sobre as mulheres na atividade pesqueira: 1) Estratégica etnográfica: teorias produzidas a partir de casos que destoavam do modelo bipolar rígido, no qual as mulheres estavam presentes na pesca, como mostraram Alencar (1991), Motta-Maués (1999) e Maneschy (2000); 2) Estratégia conceitual: consistia na ampliação do conceito de pesca para incluir as atividades desenvolvidas pelas mulheres, entendendo a pesca como uma cadeia produtiva; 3) Estratégia ontológica: abrange as formas de dependência mútua e, em última análise, da agência. A ênfase se deu na “variedade de atividades desenvolvidas pelos sujeitos e na cooperação homem e mulher” (WOORTMANN, 1991, p. 3). Dito de outro modo, para alguns pescarem, outros têm que assumir responsabilidades distintas que garantiram a sobrevivência do grupo familiar.

No entanto, Biswas (2010) ressalta que, neste contexto, não houve estudos que analisassem as relações de poder na economia pesqueira, tampouco sobre mulheres que não se enquadravam nas configurações tradicionais de família, como as solteiras, chefes de famílias, que estavam além do modelo das relações de gênero binário. Ou seja, uma multiplicidade de questões que não foram consideradas nesses estudos.

Madeleine Gustavsson (2020), em artigo que revisa a literatura sobre mulheres na pesca a partir de uma perspectiva crítica de feminização, constrói sua crítica a partir da revisão da literatura sobre as práticas produtivas de mulheres na pesca e como a literatura tratou a construção das identidades das pescadoras. Uma importante contribuição deste estudo é a evidente necessidade de se realizar pesquisas sobre a vida das mulheres na atividade, a partir de suas próprias agências, levando-se em consideração os contextos econômicos, socioculturais e políticos nos quais as relações de gênero e identidades estão inseridas.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

Essa crítica reforça as ideias desenvolvidas por Maneschy e Almeida (2002), em artigo que trata sobre a participação das mulheres na atividade pesqueira, realizado com moradores de duas comunidades pesqueiras do Pará-Brasil, no qual privilegiam o ponto de vistas das pescadoras, reconhecendo que esta forma de pesquisar sobre mulheres na pesca é fundamental. Para essas autoras, as experiências de vida de pescadoras “engendram determinadas práticas cotidianas que podem conter também formas de resistência, ou fornecer base para essa resistência”, convergindo para a constituição de sujeitos mobilizados (MANESCHY; ALMEIDA, 2002, p. 56).

Gustavsson (2020) ressalta que para analisar as questões de gênero na pesca artesanal deve-se considerar o contexto local onde essas desigualdades são produzidas e como as relações entre homens e mulheres operam, contribuindo (ou não) para essas desigualdades. A autora coloca em evidência a importância do trabalho das mulheres não só para a atividade pesqueira, mas para a reprodução e manutenção de um modo de vida. A autora defende o argumento de que as transformações ocorridas nas práticas produtivas das mulheres pescadoras estão relacionadas às mudanças nas relações de gênero. E essas relações moldam e são moldadas pelas próprias identidades das mulheres de diferentes maneiras.

Nilanjana Biswas (2010), outra autora que revisa a literatura sobre mulheres na atividade pesqueira; e que também chama a atenção para a importância do trabalho das pescadoras para a comunidade e para a proteção da vida, pois considera que são esses sujeitos que têm construído formas de resistências (seja nas ações coletivas ou de forma autônoma) diante do avanço da pesca industrial e pelo fato de os governos locais privilegiarem os grandes empreendimentos. A referida autora ressalta a importância dos movimentos de mulheres nesse processo, influenciados pelos ideais de sustentabilidade ecológica e pela crítica à modernidade como fatores que ajudaram a promover a ideia de que um novo modelo de organização social e econômica precisava ser adotado.

Um ponto importante suscitado neste estudo é a questão da organização de mulheres na atividade pesqueira. De acordo com Biswa (2010), esse fenômeno representa uma luta contra o *status quo* em todas as esferas da vida das pescadoras. Além disso, a luta e organização das mulheres é uma questão que está vinculada à continuidade da

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

atividade, de um modo geral. Portanto, deveria ser uma luta não só delas, mas de todos, simultaneamente, para que haja manutenção e fortalecimento da atividade pesqueira.

Enrique Alonso-Población e Susana S. Siar (2018) elaboram uma revisão da literatura sobre pesca para apontar a importância das organizações sociais de pescadores/as e como estas instituições figuram como um importante mecanismo de alcance das Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e Erradicação da Pobreza⁷ estabelecidas pela FAO. Para as mulheres, a participação nessas instituições ainda é desafiadora, pela falta de reconhecimento da importância dessas trabalhadoras para a atividade, tornando difícil o acesso das mesmas às posições de tomadas de decisão.

A partir da análise realizada por Alonso-Población e Siar (2018), procuramos analisar o processo de organização política de pescadores e pescadoras no Brasil. Pode-se dizer que esse processo se iniciou durante a Constituinte de Pesca, em 1988, e já contava com a atuação das pescadoras. Essa presença das mulheres foi reforçada nos anos seguintes, a partir dos movimentos sociais de pescadores e pescadoras, como o MONAPE. Posteriormente, com sua participação na criação da ANP e MPP, onde atuam e ocupam cargos de lideranças. A partir desse engajamento as pescadoras obtiveram avanços significativos, ao terem o reconhecimento formal de sua identidade de pescadora na CF de 1988, na qual está garantida a proteção social aos trabalhadores rurais, que incluiu mulheres, independente do estado civil. Tem-se ainda a Lei de Pesca de 2009, que ampliou o conceito de pesca, passando a abranger as atividades que as mulheres realizam em terra.

Desde as primeiras ações dessas organizações sociais há contestação de questões presentes nos diferentes contextos das comunidades pesqueiras, por exemplo, as questões referentes ao território, que embora afetem a comunidade como um todo, para as

⁷ Melhorar a situação socioeconômica dos pescadores e pescadoras; alcançar a utilização sustentável da pesca; promover a contribuição da pesca de pequena escala para um futuro sustentável fornecendo orientações que possam ser consideradas pelos Estados e partes interessadas para o aprimoramento de projetos de pequena escala responsáveis e sustentáveis da pesca; Aumentar a consciência pública e promover o avanço do conhecimento sobre a cultura, papel, contribuição e potencial da pesca de pequena escala.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

pescadoras têm sido mais caras, considerando-se que são elas que permanecem mais tempo em suas comunidades. Elas têm sido afetadas com a privatização águas, restrição de acesso aos territórios pesqueiros e a recursos naturais, com a construção de grandes empreendimentos desenvolvimentistas como polos de turismo, por exemplo, construção de infraestrutura portuárias, acidentes com reservatórios de indústrias de mineração e projetos de particulares, que recebem o apoio de políticos locais.

Outro tema que sempre esteve presente nas pautas de reivindicações apresentadas pelo movimento das pescadoras refere-se às situações de adoecimento e condições de acesso ao tratamento de saúde das pescadoras, considerando-se que os pescadores e pescadoras artesanais compõem um dos maiores segmentos de trabalhadores do Brasil, e ainda que as mulheres representam quase 50% desse segmento (FAO, 2018). A partir destes fatos, pode-se mensurar o protagonismo das pescadoras nesse processo, porque é através da atuação e organização política delas que suas reivindicações têm sido incluídas nas diretrizes e nas políticas públicas dentro do SUS.

DE QUE TRATAM AS NARRATIVAS DAS PESCADORAS? NARRATIVAS, VIVÊNCIAS E LUTA

A ligação das mulheres com a atividade pesqueira artesanal e com o meio onde estão inseridas começa, via de regra, ainda na infância ou, mais tardiamente, durante a juventude. Nos mais diversos contextos do país, a pesca artesanal é uma atividade realizada pelo grupo familiar, envolvendo homens, mulheres e crianças (MALDONADO, 1986; WOORTMANN, 1991; ALENCAR, 1991; MANESCHY, 2000; SANTOS; SOUZA, 2019). O modo como está organizada a atividade varia de acordo com os diversos contextos sociais, culturais e ambientais. Contudo, é possível identificar práticas e questões comuns.

Nas diferentes comunidades pesqueiras, as mulheres desenvolvem múltiplas atividades no seu cotidiano, sendo a pesca uma importante fonte de alimento saudável e de geração de renda, que permite às pescadoras garantir melhores condições de vida para as suas famílias. Contudo, estudos têm apontado várias questões que impactam

Díálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

negativamente a vida das pescadoras e suas famílias. A seguir, apresentamos e analisamos algumas narrativas das pescadoras, contemplando as problemáticas mais recorrentes nas falas das entrevistadas.

As narrativas aqui apresentadas resultam de diálogos e entrevistas realizadas com 10 (dez) pescadoras, dentre as quais foram selecionados fragmentos de conversas, mais especificamente com três lideranças pescadoras que integram os dois principais movimentos nacionais de pescadores e pescadoras do Brasil, a saber: o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) com representantes dos estados da Bahia, Pará, Piauí.

Em suas falas, as pescadoras enfatizam a importância da pesca como fonte de renda, mas, sobretudo, como um modo de vida, “na medida em que se apropriam dos ambientes e do mundo em que vive, fato que inspira também modos de ser, de constituir família, de organizar o trabalho” (MALDONADO, 1986, p. 8). No entanto, como já mencionado, elas enfrentam diversos problemas nas comunidades onde vivem, como a falta de reconhecimento de seus trabalhos, a chegada dos grandes empreendimentos, do turismo, da especulação imobiliária, além de outros desafios que conflitam seus modos de vida.

Quando consideramos o contexto mais abrangente do país, constatamos que esse segmento tem enfrentado de forma sistemática a retirada de direitos, como, por exemplo, a suspensão do Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) e a não emissão de novas carteiras de pesca, o que vem ocorrendo desde 2012. Percebe-se, ainda, que diversos desafios são comuns às mulheres que exercem a atividade pesqueira no Brasil. Dentre eles destacam-se as condições de saúde das pescadoras, relacionadas principalmente ao trabalho na pesca; a luta pelo território pesqueiro; o preconceito de gênero que compõe e estrutura as relações sociais em nossa sociedade, que é reforçado pelas ações do Estado que invisibilizam esses sujeitos na formulação de políticas públicas e ainda não promovem o pleno reconhecimento dessas mulheres como pescadoras.

Como apontam as narrativas das pescadoras entrevistadas, as trabalhadoras da pesca artesanal praticam a atividade desde a infância, realizando diversas tarefas de pré e pós-captura do pescado, que ocorrem paralelamente com outras atividades como o cultivo de

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

roças, cuidados com a casa – limpeza, preparo de alimentos, lavagem de roupas etc. No entanto, essas atividades não são reconhecidas como importantes, mesmo quando geram renda e garantem o sustendo das famílias:

Quando criança eu já vinha ajudando minha mãe sempre, mas eu desenvolvi mesmo já tinha uma idade de 16 pra 17 anos quando eu comecei a trabalhar realmente. Aí, a partir daí eu fui me desenvolvendo, fui conhecendo a base do meu trabalho, fui pegando a experiência do meu trabalho, aí já fiz, trabalhei um tempo para meu pai, depois já fui trabalhando para mim mesmo, tinha uma pessoa que chamava de patrão né? Ele pagava o caranguejo para gente trabalhava ia pegar na beira do porto e depois a gente já passava só a massa limpa para ele. Aí a gente foi pegando experiência nisso, depois disso pra cá nunca mais parei, continuo nessa vida. (Pescadora do Pará, ANP, 2020).

Para algumas mulheres a prática pesqueira implica em desempenhar diversos papéis que ocorrem fora do ambiente da pesca em si, como participar de ações em defesa de suas comunidades como garantia de continuidade dos seus modos de vida. Tais situações impõem a esses sujeitos a necessidade de se organizar politicamente para desenvolver ações de enfrentamento dos conflitos com agentes que ameaçam seus territórios, conforme enfatizado acima. A ação política se faz também contra o Estado, que implementa grandes projetos de desenvolvimento e de infraestrutura.

O modelo de desenvolvimento em curso no país afeta os territórios e trazem diversos problemas inclusive de saúde para essas populações, seja pelo uso excessivo de agrotóxico, pela contaminação das águas pelos esgotos e poluição industrial que ameaçam sua existência. O enfrentamento também se faz contra as políticas públicas que as ameaçam de perda de direitos sociais e previdenciários já assegurados à categoria. Essas questões vêm sendo indicadas nos estudos realizados em comunidades pesqueiras desde os estudos de Woortmann (1991), Maneschy (2002), até os mais recentes, como os de Santos e Souza (2019) e Miller et al. (2019), como os que tratam sobre a perda dos territórios pesqueiros, tendo a sua sobrevivência ameaçada com a perda dos espaços de pesca e de morada.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

[...] aí a gente está cuidando desta comunidade com muita luta. A gente tem uma luta com a KNAWF, que é uma empresa que está se instalando lá vizinha. A gente compra briga dos vizinhos também, a gente está com problema com a ponte lá, e eu estou à frente como presidente da associação. Reivindicamos a proposta da construção de uma ponte que está até hoje essa polêmica lá na comunidade mesmo. (Pescadora da Bahia, ANP, 2019).

Cada vez mais a defesa do território pesqueiro torna-se uma questão urgente para pescadores e pescadoras artesanais, devido às crescentes pressões que os territórios vêm sofrendo há décadas. Pelo fato de este segmento social não dispor ainda de instrumentos legais que garantam seu direito ancestral ao território, eles têm se organizado politicamente em torno dos movimentos sociais e estão desenvolvendo diversas ações no sentido de viabilizar a criação de uma lei específica. Como resultado dessas ações, atualmente tramita na Câmara dos Deputados a PL 131/2020, que objetiva a regularização do território pesqueiro. Essas conquistas são importantes para o fortalecimento da articulação política dos pescadores e pescadoras.

Cabe ainda destacar nesse processo uma importante transformação, que é a expressiva participação das pescadoras nos movimentos sociais da categoria, diferente da década de 1990, quando elas já estavam inseridas, mas não eram tão atuantes. Hoje elas são maioria dentro do MPP e possuem uma articulação nacional composta por mulheres. A estrutura dessas duas organizações permite a inclusão das pescadoras para atuação a nível local, regional, estadual e nacional, conforme destaca a fala abaixo.

[...] todo Estado tem duas coordenações e trabalha todos os direitos... [são] direitos previdenciários, questões ambientais, direito aos territórios, direito à saúde, direito que o governo agora está fazendo vários retrocessos. A gente vai à luta para ver dentro da Constituição [...] estudar essas normativas, o artigo que dá direito ao território, para a gente conhecer o território, pra gente ter o conhecimento dos direitos. Saber defender, como eu acabei de falar, assinar um papel, fazer a defesa aí desses direitos [...] (Pescadora do Piauí, MPP, 2019).

A própria natureza das atividades de pesca impõe inúmeras dificuldades para que as mulheres participem. Uma delas se refere aos riscos a que estão submetidas, principalmente nas questões relativas à saúde, devido à intensa exposição ao sol, jornadas Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

extensas de trabalho, realização de diversos movimentos repetitivos, exposição a ambientes e substâncias que podem ocasionar doenças de pele, respiratórias, LER, varizes, riscos biológicos etc. Contudo, muitos dos problemas gerados com essa atividade ainda não são reconhecidos pelo SUS ou sistema previdenciário para efeito de aposentadoria.

[...] é nesse território que elas trabalham oito horas [...] com peso; tem muitos movimentos que elas fazem repetitivos né? Cinco horas da manhã elas saem com os barcos para a maré, com seus utensílios de pesca da mariscagem, pra tirar o marisco. Aí elas tiram, aí carrega para canoa. Aí quando elas chegam no porto, elas ainda têm um percurso muito grande, os homens carregam os sacos junto com elas. Botam num carrinho e levam até a Associação e lá elas cozinham, aí vai ser o beneficiamento. (Pescadora do Piauí/MPP, 2019).

Existem doenças que podem ser caracterizadas como doença ocupacional, causadas por atividades em que há movimentos repetitivos, carregar peso, exposição contínua ao sol e à água do mar, as vezes contaminada, por exemplo. Mas o fato de não serem reconhecidas pelo Estado deixa as pescadoras vulneráveis em vários aspectos. Uma dessas vulnerabilidades se refere a questões relativas à saúde:

[...] tem umas dificuldades para as mulheres que não são reconhecidas, que é a doença ocupacional. Que é principalmente a gente que carrega da maré (adquire). Porque quando a gente vai pra maré a gente se banha naquela água. Então aquela água, para mim, está contaminada, porque toda a comunidade às vezes tem fungos. Todas as mulheres sempre aparecem com fungos e com alergia, do nada. Às vezes leva tempo para curar. Fica todas empoladas. Então eu acho que deveria ter mais um cuidado com a visão mais sobre essas doenças e pesquisar né? (Pescadora da Bahia/ANP, 2019).

As pescadoras que atuam na coordenação da ANP e MPP têm se empenhado na implementação de ações que possibilitem o reconhecimento dessas patologias pelo SUS. Em 2019, por exemplo, houve a aprovação de duas propostas para serem incluídas nas diretrizes e políticas públicas para o Plano Nacional de Saúde.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

As discussões elaboradas até aqui mostram o papel essencial e fortalecedor que as organizações que sustentam os movimentos sociais de pescadoras e pescadores promovem, trazendo visibilidade e fortalecendo a organização da categoria para a ação política, com destaque para as pescadoras.

[...] Então o movimento ajuda a gente a direcionar as nossas perguntas, e ter respostas. Agora dia 14 de julho vai ser uma parada nacional. Pescadores, caminhoneiro, todo mundo junto. Quem sabe assim dá um choque no governo, para ele ver que a gente não está de brincadeira. A gente está para defender o nosso... A nossa identidade é pescadora e ela precisa ser defendida” (Pescadora da Bahia /ANP, 2019).

O trabalho na pesca impõe diversos desafios para as pescadoras, que já enfrentam dificuldades relacionadas aos papéis de gênero impostos socialmente. Cotidianamente elas têm que provar que são pescadoras, de forma a garantir o acesso a direitos. A invisibilidade que se impôs a essa categoria é uma realidade vivenciada por muitas delas, principalmente quando resolvem/necessitam participar de ações políticas de forma mais ostensiva nas organizações sociais da categoria. Muitas delas enfrentam o descrédito e a falta de apoio, o que ocorre principalmente no âmbito doméstico, mas também por parte de seus parceiros de profissão.

[...] Então mana, se eu te disser que foi fácil não foi [...]. Mas a gente conseguiu, graças a Deus, superar essa coisa [...]. Assim, em início de 2013 eu perdi um filho de 19 anos. E no início do processo a gente estava numa crise bem cruel (familiar). Aí a gente discutia justamente por conta do Movimento. Era [escolher] ou o movimento ou a família. (Pescadora do Pará/MPP, 2019).

Mesmo diante de um sistema cultural estruturado para mantê-las envolvidas nas questões relativas ao grupo familiar e distantes das situações de agência, de atuação política, elas conseguem desenvolver estratégias e negociações que lhes permitem atuar mais efetivamente.

[...] Só que quando meu filho faleceu ele deixou um menino de cinco meses. Depois que ele completou um ano, ele passou a morar conosco.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

A mãe dele foi morar para Boa Vista e nós ficamos com ele. Então nesse período os nossos conflitos (familiares) amenizaram, porque tipo assim ele conseguiu me ajudar a cuidar do neto. Então como eu saía muito, ele (esposo) assumiu esse papel de cuidar. E com isso a gente melhorou muito a nossa relação. Então hoje ele compreende [...], nem digo hoje, mas bem atrás, quando o meu neto foi morar conosco. E depois de compreender nossa luta, ver o nosso resultado, o fruto das nossas lutas, ver que as nossas lutas de fato traziam resultados, então ele começou a compreender outra visão. Com isso, hoje eu não o tenho como marido. Eu tenho ele como parceiro mesmo, como companheiro. Ele me apoia muito. (Pescadora do Pará/ MPP, 2019).

O depoimento acima denota que a prática política, a atividade produtiva e, por conseguinte, as vidas dessas mulheres estão em constantes transformações. Muitas vezes elas precisam aprender a negociar, implementar rearranjos nas relações com seus parceiros, contribuindo para uma mudança na percepção que eles têm do trabalho das mulheres na pesca e na atuação política em defesa dos direitos da categoria. Ou seja, a atuação política implica em desenvolver novas práticas e mudanças de papéis para esses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa apontam que a pesca artesanal é realizada por mulheres nas diversas regiões do Brasil, por conseguinte, os contextos e ambientes da prática artesanal pesqueira também são diversos e, excluindo-se as especificidades regionais, sobram desafios comuns às trabalhadoras da pesca. Essas dificuldades refletem-se principalmente no acesso às políticas públicas essenciais para o seu desenvolvimento socioeconômico. No entanto, cabe salientar que mesmo nesse cenário de dificuldades, as pescadoras têm avançado na garantia do seu reconhecimento identitário devido às estratégias criadas por elas, como exemplo, pode-se citar a própria organização social e política. Um processo que se inicia na década de 1988 e que atualmente se reflete na presença majoritária destas mulheres nos principais movimentos nacionais que é o Movimento de Pescadores e Pescadoras e na Articulação Nacional das Pescadoras. A participação das mulheres nessas organizações de pesca em nível nacional e também local agrupa diversas identidades em torno de um

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

movimento. Desta forma, a elaboração de estudos sobre a participação de mulheres na pesca artesanal deve considerar o contexto local onde essas desigualdades são produzidas, mas sem perder o foco de que no cotidiano das pescadoras existem desafios e experiências que são semelhantes, e que a organização social e política delas figura como um importante mecanismo de articulação, bem como traz resistência e resultados positivos nas diversas esferas da vida desses sujeitos, além de que a organização das mulheres pescadoras está vinculada ao fortalecimento da categoria e a continuidade de um modo de vida.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira. **Companheiras, pescadeiras e perigosas: a pesca feminina na Ilha de Lençóis**. 1991. 185f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

ALONSO-POBLACIÓN, Enrique; SIAR, Susana V. **Women's participation and leadership in fisherfolk organizations and collective action in fisheries: a review of evidence on enablers, drivers and barriers**. Rome: FAO, 2018. (FAO Fisheries and Aquaculture Circular, n. 1159).

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Popayán: Envión Editores, 2010. Disponível em: <<http://www.ramwan.net/restrepo/documentos/Territorios.pdf>>. Acesso em: 10 jun., 2021.

BISWAS, Nilanjana. **Reformulando a rede: uma revisão da literatura sobre mulheres na pesca**, 2010. Disponível em: <<https://www.icsf.net/en/paper-presentation.html?start=50>> Acesso em: 12 jun., 2021.

BRITO, Carmem I. **Uma abordagem sócio histórica do movimento de pescadores e pescadoras artesanais Brasil (MPP)**. 2016. 157f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016. Disponível em: <<http://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2017/07/Tese-da-Carmem-copia-final-revisada-Carmem.pdf>>. Acesso em: 15 jun., 2021.

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. **Movimentos sociais dos pescadores em Pernambuco (1920- 1983)**. 1986. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1986.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

GUSTAVSSON, Madeleine. Women's changing productive practices, gender relations and identities in fishing through a critical feminisation perspective. **Journal of Rural Studies**, v. 78, p. 36-46, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.06.006>.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MANESCHY, Maria Cristina. **Da casa ao mar**: papéis das mulheres na construção da Pesca responsável. **Proposta**, Rio de Janeiro, n. 84-85, p. 82-91, mar./ago., 2000. Disponível em: <http://www.portaldomar.org.br/blog/portaldomar-bd/categoria/mulheres/da-casa-ao-mar-papeis-das-mulheres-na-construcao-da-pesca-responsavel-maria-cristina-maneschy.16.1.2015>. Acesso em: 10 jun., 2021.

MANESCHY, M.C; ALMEIDA, M.P.A. Tornar-se pescadora: associações de mulheres e constituição de sujeitos políticos. In: HÉBETE, J.; MAGALHAES, S.B.; MANESCHY, M.C. (Org.). **No mar, nos rios e na fronteira**: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002.

MILLER, F. S.; WOORTMANN, E. F.; D'AMBROSIO CAMARERO, L.; SOBRAL, J. M.; DIAS NETO, J. C. (Orgs.). Dossiê Pesca Artesanal: práticas sociais, território e conflitos. **Vivência: Revista de Antropologia**, v. 1, n. 53, 29 abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/20587>. Acesso em: 14 jun., 2021.

MOTTA-MAUÉS, Maria Angélica. Pesca de homem/peixe de mulher (?): repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. **Etnográfica**, v. III, n. 2, p. 377-399, 1999. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_377-400_.pdf. Acesso em: 20 jun., 2021.

PROAÑO DE FOX, Verónica del Pilar. **Pesca artesanal e desenvolvimento local**: Movimento Nacional dos Pescadores MONAPE (1990-2009). 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2010.

SANTOS, Eline Almeida; SOUZA, Rosemeri Melo. Conflitos socioambientais na pesca artesanal: um olhar sobre o cotidiano das pescadoras de Sergipe. In: MARTINEZ, Silvia Alicia; HELLEBRANDT, Luceni (Orgs.). **Mulheres na atividade pesqueira no Brasil**. Campos dos Goytacazes: EDUENF, 2019. p. 111-135.

STRATHERN, Marilyn. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Campinas: UNICAMP, 2006.

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31



WOORTMANN, Ellen F. **Da complementaridade à dependência**: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 1991. (Série Antropologia, 111).

Recebido em: 07/07/2021 Aprovado em: 25/08/2021
--

Diálogos entrecruzados sobre saúde, trabalho e território: experiências de pescadoras inseridas no movimento de pescadores e pescadoras (MPP) e na articulação nacional de pescadores e pescadoras (ANP) – Sandra Pereira Palheta; Edna Ferreira Alencar – p. 9-31